

O que está em jogo com a Reforma da Previdência?

Em benefício dos bancos e grandes empresários, trabalhadores vão trabalhar mais e receber menos



22 de março é Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência

Encarte especial explica detalhes da proposta e as mentiras do governo

Comunicação pública

Luta em defesa da Imprensa Oficial e estatais de SP

pág. **9**

Violência

São Paulo é o estado com mais agressões a jornalistas

pág. **11**

Entrevista

Juca Kfourri e a denúncia dos ataques virtuais

pág. **10**



Pesquisa para a Secretaria de Formação

O Sindicato está realizando um pesquisa *on line* com a categoria para alinhar a política de formação da entidade aos anseios dos profissionais. O questionário é

organizado pela Comissão de Formação (aberta para participação de todos os jornalistas) e, após a análise, os resultados serão incorporados ao plano de trabalho da diretoria. **Participe: bit.ly/PesquisaFormaçãoSJSP**

Convenção de Jornais e Revistas do Interior

Demorou, mas saiu. A Convenção Coletiva de Trabalho foi assinada pelo sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal em janeiro. Apesar de o acordo ter sido fechado no fim de novembro, foram necessárias várias semanas até que a representação das empresas enviasse o documento correto ao SJSP - diferentes versões vieram com erros. **Confira seus direitos: bit.ly/JRInterior**

Acordo para jornalistas e radialistas da TVT

Os profissionais da TV dos Trabalhadores conquistaram seu primeiro Acordo Coletivo de Tra-

balho, após campanha salarial em unidade das duas categorias. As negociações foram concluídas em fevereiro, mas as cláusulas são válidas desde 1º de novembro. **//bit.ly/AcordoTVT**

Estadão paga horas extras devidas

Após dois anos de condenação pela Justiça Trabalhista, o jornal *O Estado de S.Paulo* fez um acordo para pagamento de horas extras, de intervalo intrajornada e de adicional noturno a uma repórter fotográfica que teve os direitos desrespeitados. O pagamento em parcelas foi proposto pelo jornal quando estava prestes a ser executado judicialmente. Veja os detalhes da ação movida pelo jurídico do SJSP: **bit.ly/HorasEstadão**

Dois jornalistas ganham processo contra Record

Em ambos os casos, os profissionais eram pejetizados pela emissora e a Justiça do Trabalho

reconheceu o vínculo empregatício. Para um dos colegas, a decisão - que também deu direito a horas extras e verbas como 13º e Fundo de Garantia - foi em primeira instância e cabe recurso. Já o outro profissional ganhou em todas as instâncias, mas a Record só pagou o que devia quando a ação estava prestes a ser executada, como explica a matéria em **bit.ly/PJRecord**. Os dois processos foram movidos pelo departamento jurídico do Sindicato dos Jornalistas.

Novo Horário

O horário de atendimento na sede do Sindicato, na capital, mudou em janeiro. Na Secretaria, o atendimento será das 9h às 18h30 e no Departamento Jurídico, a partir das 9h até 17h30, sempre de segunda a sexta-feira. Nos dois departamentos não haverá mais interrupção no horário de almoço. A ideia é melhorar o atendimento do SJSP aos jornalistas.

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

Presidente

Paulo Zocchi

Secretária-geral

Cândida Vieira

Secretário de Finanças

Claudio Soares

Secretário do Interior

José Eduardo de Souza

Secretária de Comunicação e Cultura

Priscilla Chandretti

Secretário de Relações Sindicais e Sociais

André Freire

Secretária de Sindicalização

Lílian Parise

Secretária Jurídica e de Assistência

Evany Sessa

Secretária de Formação Sindical e Profissional

Ana Flávia Marx

Diretores de Ação Sindical

Alan Rodrigues, Ana Mina-deo, Cláudia Tavares, Clélia

Cardim, Érica Aragão, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício da Profissão (Corfep)

Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

Diretores Regionais

ABCD

Cadu Bazilevski

Bauru

Sérgio Paes

Campinas

Marcos Rodrigues

Piracicaba

Patrícia Sant'Ana

Ribeirão Preto

Aureni Menezes

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares

Santos

Solange Santana

Sorocaba

Fabiana Caraméz

Diretores de Base do Interior ABCD

Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro

Bauru

Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão

Campinas

Agildo Nogueira Júnior, Leila de Oliveira e Ricardo Andrade

Piracicaba

Adriana Ferezim, Gustavo Franco Annunciato, Martim Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão

Ribeirão Preto

David Radessca, José Luiz Lançoni, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio

Santos

Carlos Alberto Ratton, Carlos Norberto Souza, Mathaus Müller e Reynaldo Salgado

Sorocaba

Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

Conselho Fiscal

Amadeu Mêmolo, João Marques, Luigi Bongiovanni, Norian Segatto e Vladimir Miranda

Comissão de Ética

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

EXPEDIENTE

Diretora responsável: Priscilla Chandretti (MTb 13.463/MG)

Editora:

Flaviana Serafim (MTb 83.170/SP)

Diagramação:

Paulo Henrique (MTb 0001939/AL)

Impressão:

Gráfica Paineiras - Tiragem: 4.000 - Fone (19) 3406-2650

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo - SP
Tel: (11) 3217-6299

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

[/JornalistasSP](https://twitter.com/JornalistasSP)

[/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

A questão da Previdência e a necessidade do jornalismo

Já faz alguns anos que repetimos que há uma crise do “negócio” jornalístico, mas que a atividade jornalística é cada vez mais necessária numa sociedade complexa e globalizada. Poucas vezes o jornalismo fez tanta falta à sociedade como nos últimos meses.

Iniciamos o ano sob uma pesada propaganda oficial a respeito da necessidade de uma reforma no sistema previdenciário, com o objetivo de protelar o acesso a benefícios e reduzir os seus valores. A reforma é vendida como essencial para o “equilíbrio fiscal” do Brasil e vital para o seu futuro.

Uma palestra do Dieese no Sindicato, porém, mostrou como a realidade é outra: há um forte jogo de interesses nessa disputa, e existe um bloqueio para que um jornalismo isento e plural ajude a sociedade a ter acesso aos diferentes aspectos do problema, e, portanto, uma visão crítica dos fatos. As empresas jornalísticas ajudam a que o espaço do debate seja ocupado apenas por informações vindas do governo, dos bancos e de fontes alinhadas com seus interesses.

Como entidade comprometida com os interesses dos jornalistas, estamos duplamente engajados no debate: defendemos o jornalismo e também os jornalistas como trabalhadores – e, portanto, o seu direito a uma aposentadoria digna, contra qualquer piora nas regras de acesso e nos benefícios.

Constituição

Um primeiro aspecto ignorado é que a Seguridade Social

no Brasil é formada por um tripé (Previdência, Saúde e Assistência Social) cujas formas de financiamento estão definidas pela Constituição Federal, e incluem, além das contribuições diretas de trabalhadores na ativa e seus empregadores, diversas arrecadações como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o PIS (Programa de Integração Social). São fontes com objetivo definido. Se forem consideradas no conjunto de receitas determinadas constitucionalmente para a Seguridade, seu histórico é de superávit, só modificado a partir de 2016, como resultado da recessão e da desoneração fiscal maciça.

Nas contas “interessadas” em evidenciar um “déficit”, ignoram-se as desonerações – ou seja, a decisão governamental de anistiar grupos de empresas de pagarem o que é previsto por lei – e também a DRU (Desvinculação de Receitas da União), pela qual o Executivo se apropria de até 30% dos recursos previdenciários e os usa para outros fins. A principal destinação dos recursos desviados é o pagamento do serviço da dívida pública: na prática, o dinheiro é transferido para a esfera financeira. Outro aspecto pouco analisado: o principal “gasto” do orçamento da União, drenando mais de 40% do total de recursos, é o pagamento de juros e amortização da dívida pública. Usa-se dinheiro da Previdência para isso, e depois se afirma à opinião pública que o sistema é deficitário. Cadê o

jornalismo para trazer esses fatos à luz? Cada destinação de recursos é resultado de decisão política, em prol de uns, em detrimento de outros.

Não à reforma

Há diferentes caminhos para equilibrar receitas e despesas em relação à Previdência. Soluções que ajudam a melhorar o financiamento do sistema e beneficiam o conjunto da população são medidas para **melhorar o nível de emprego, ampliar a participação no mercado de trabalho da população em idade ativa, aumentar a produtividade na economia e o patamar salarial da população**. É a opção de governantes comprometidos com um futuro melhor para a maioria trabalhadora.

A reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro opta por outra via: **desonerar empresas, reduzir o valor real das aposentadorias e protelar a idade de gozo do benefício**, reduzindo o acesso e seus valores. Os bancos são particularmente beneficiados, pois se amplia o mercado para os planos de previdência privados, com a entrega nas mãos das instituições financeiras, no longo prazo, de boa parte dos recursos hoje geridos pelo Estado.

O discurso do ataque aos privilégios não para em pé, se considerarmos que o regime geral da Previdência paga uma aposentadoria média de R\$ 1.388 (29,5 milhões de aposentados) e que os benefícios assistenciais têm média de R\$ 938 (4,7 milhões de beneficia-

dos). A “nova Previdência” não disfarça: o objetivo é reduzir os valores e o número de beneficiários.

O diagnóstico é límpido: o projeto é um ataque às condições de vida da população trabalhadora, em benefício de empresas e bancos. É por isso que não dá para tergiversar nesta discussão, ou buscar a negociação pelo “menos pior”: num projeto de terra arrasada, que parte dos interesses do setor financeiro e dos grandes empresários, e no qual todos os pontos são maléficos ao povo trabalhador, o que poderia ser uma proposta de mal menor? A CUT está certa ao afirmar que não aceitará uma proposta de reforma que retire direitos.

O Sindicato dos Jornalistas se engaja no combate pela derrubada deste projeto, junto com a CUT e o movimento sindical. Lembramos que a Greve Geral de 28 de abril de 2017 barrou a reforma de Temer, e que mesmo os eleitores do atual presidente não votaram a favor deste tipo de projeto. Só a mobilização maciça pode barrar a “reforma”. O primeiro passo é debater e esclarecer – como buscamos fazer nesta edição e em nossa ação cotidiana –, como condição para engrossar a ação concreta que pode derrotar este projeto desastroso. A atividade dos jornalistas pode jogar um papel importante nisso. O que está em jogo é o futuro dos brasileiros.

Direção do SJSP



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Sindicato passa a receber mensalidade solidária

Nova modalidade é voluntária e tem valores de referência de R\$ 60 (interior e litoral) e R\$ 100 (capital)

Nosso sindicato recebe, desde janeiro, a **mensalidade solidária** de associados que se dispõem a pagar um valor superior ao normal, como forma de sustentar a entidade. Essa é uma modalidade nova, aprovada em assembleia geral no fim de 2018, assim como a **mensalidade proporcional**, que entrará em vigor em abril.

A mensalidade solidária tem como valores de referência R\$ 60 para o interior e litoral e R\$ 100 para a capital. Como a mensalidade fixa, nas duas situações, é de R\$ 34 e R\$ 58, isso significa que o sindicalizado dará uma contribuição extra de R\$ 26 ou de R\$ 42, todos os meses.

Os jornalistas filiados que têm vínculo empregatício pagarão a partir de abril mensalidade proporcional, equivalente a 1% de seu salário bruto, com o teto de R\$ 34 ou R\$ 58. Isso é um avanço para o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP), porque estabelece uma forma de cobrança mais justa: quem ganha mais, paga mais.

Como não houve reajuste da

mensalidade fixa e, no caso da proporcional, haverá até mesmo redução do valor para os colegas que têm salário mais baixo, o resultado, num primeiro momento, é diminuição do que o SJSP arrecada. Pensou-se em duas maneiras de compensar essa queda e elevar a arrecadação: aumento da sindicalização e instituição da mensalidade solidária.

Cadastro

Para se informar mais a respeito ou fazer o cadastro para pagamento da mensalidade solidária, entre em contato pelo telefone **(11) 3217-6299** ou pelo e-mail **cobranca@sjsp.org.br**.

A cobrança da diferença entre o valor normal da mensalidade e o da solidária será feita por meio de cartão de crédito, débito em conta ou boleto. Os associados interessados em contribuir e que têm desconto em folha precisam também se cadastrar e escolher uma dessas três formas de pagamento. O sindicato sugere a opção do cartão de crédito, pela facilidade de utilização e custo mais baixo para a entidade.

Sindicato tem três tipos de mensalidades

Proporcional

Para quem **tem vínculo empregatício**. O valor é de 1% do salário bruto, com teto de R\$ 34 (interior e litoral) ou de R\$ 58 (capital). Vai valer em abril.

Fixa

Para quem **não tem vínculo empregatício**. O valor é de: R\$ 34 (interior e litoral) e R\$ 58 (capital).

Solidária

Para sindicalizados que **voluntariamente possam pagar uma quantia mais alta**. Valores de referência: R\$ 60 (interior e litoral) e R\$ 100 (capital).

SJSP lança nova campanha de sindicalização

Com o mote "Em legítima defesa, sindicalize-se!", o Sindicato dos Jornalistas lança sua nova campanha em 16 de março, com visitas às redações no mesmo mês.

No cenário atual, afirma Lilian Parise, secretária de Sindicalização, os jornalistas estão sofrendo graves ataques em seus direitos trabalhistas, com precarização das condições de trabalho, ameaça de desemprego, aprofundamento do clima de

assédio moral, de violência e intimidações.

"Nós jornalistas precisamos responder a essa difícil realidade com unidade e resistência, luta que só será possível com um Sindicato cada vez mais forte, organizado nos locais de trabalho, mobilizado em torno das decisões coletivas e sustentado pela própria categoria" ressalta a sindicalista.

Saiba mais e sindicalize-se acessando: www.sjsp.org.br.

Praça Vladimir Herzog recebe nova escultura de Elifas Andreato

Em 6 de abril (sábado), às 12h, será inaugurada uma escultura na Praça Vladimir Herzog, centro paulistano, no espaço criado em homenagem ao jornalista assassinado sob tortura pelos agentes da ditadura em outubro de 1975. A iniciativa é do Instituto Vladimir Herzog e a instalação teve o projeto aprovado pela Câmara Municipal da capital.

Criada por Elifas Andreato, a obra é réplica da estatueta do Prêmio Jornalístico Vladimir Her-

zog de Anistia e Direitos Humanos e se soma a outras do mesmo artista instaladas no local.

"É uma tarefa nobre fazer mais uma peça para a Praça, especialmente nessa data, às vésperas do dia do jornalista, num tempo em que a imprensa sofre boicote, perseguições. É uma data em que temos como motivação também um evento que possa lembrar a importância da imprensa para a democracia", afirma Andreato.



Estudante paga apenas R\$ 15 por semestre para se associar ao SJSP

Houve redução no valor que o estudante de Jornalismo paga para se associar ao Sindicato dos Jornalistas de SP (SJSP) como pré-sindicalizado. A assembleia orçamentária do sindicato, realizada em dezembro, aprovou o valor de R\$ 15 por semestre (equivalente a R\$ 2,50 mensais) para a pré-sindicalização. Antes, era de R\$ 15 por mês.

O objetivo da mudança é as futuras gerações de jornalistas. Estatutariamente, o pré-sindicalizado não pode votar nem ser votado nas instâncias da entidade, mas tem direito a voz em assembleias e demais atividades abertas, além de receber os materiais do SJSP.

ESPECIAL REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Tirem as mãos da nossa aposentadoria!

O governo Bolsonaro e sua equipe econômica apresentaram, em 20 de fevereiro, a PEC 06/2019, que altera de modo profundo a Previdência Social, prejudicando não apenas os novos trabalhadores, mas também os que já se encontram no mercado, e com riscos, inclusive, para quem já está aposentado.

Se a PEC passar, o acesso da população à aposentadoria será retardado ou impedido, o valor dos benefícios cairá e o fundo público, em parte ou no todo, será progressivamente transferido para o sistema financeiro privado. Na prática, milhões de trabalhadores não conseguirão se aposentar ou vão passar a ter uma renda miserável.

A mudança mais profunda que Bolsonaro quer passar, a da capitalização individual, desmonta completamente o sistema pelo qual o conjunto da sociedade garante proteção social para os trabalhadores.

A reforma será ainda mais prejudicial para as mulheres, para os trabalhadores rurais e os profes-

sores. Os que estão no mercado informal ou desempregados, a parcela mais pauperizada do povo, também vão pagar o pato. Para esses, nem o salário mínimo será garantido na velhice.

O governo mente ao dizer que combate privilégios. Pois as propostas atacam justamente os trabalhadores do campo e da cidade que constroem o país por décadas e, ao se aposentar, recebem R\$ 1388,08 em média.

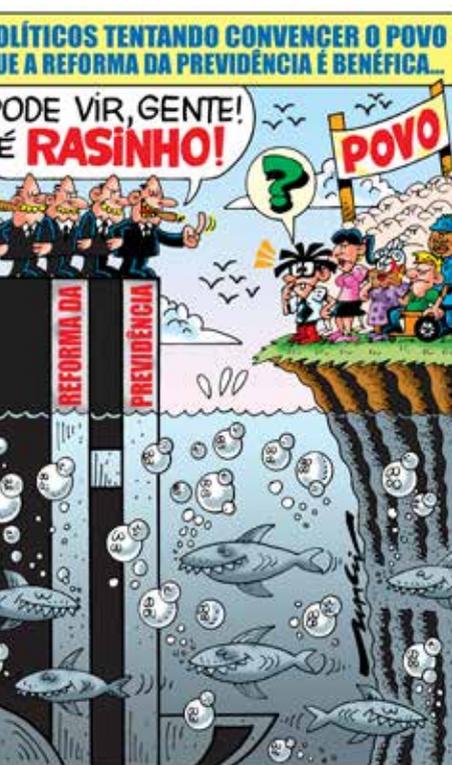
Ao mesmo tempo, para quem realmente tem privilégio, os grandes empresários e latifundiários, a PEC é ótima. Por exemplo, não mexe nas desonerações da folha de pagamento (e o setor de Comunicação segue desonerado), e, ao prever a adoção da capitalização individual, cria a possibilidade de **as empresas passarem a não contribuir com mais um único centavo para a Previdência** (veja à frente).

O que está em jogo é a disputa pelos recursos do orçamento público

A reforma tira dinheiro dos trabalhadores em benefício de devedores, sonegadores e da especulação financeira, e do alívio aos grandes empresários.

O governo mente quando fala em déficit da previdência. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) é uma das entidades que afirmam isso. Ela explica que a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência) criada pela Constituição é sustentável. O financiamento é tripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores e Estado (sociedade, via tributos).

Acontece que o governo não contribui com toda a sua parte, tirando recursos da Seguridade para destinar ao pagamento de juros e amortização da dívida. E o debate de fundo dessa reforma é esse. O objetivo de economia dessa PEC (R\$ 1 trilhão em 10 anos) é justamente liberar mais verbas



para o pagamento do serviço da dívida, seguindo o "novo regime fiscal" que Temer aprovou em 2016, com o voto de Bolsonaro.

Defesa da previdência pública, solidária e universal

Não é necessária nenhuma reforma que tire direitos. Urgente é a recomposição das fontes de financiamento da Seguridade social, com o imediato combate à sonegação e cobrança dos devedores. Igualmente urgente a adoção de uma política de crescimento econômico sustentável, de longo prazo, para recompor a arrecadação do Estado e dos tributos que financiam a Seguridade Social.

Por isso o movimento sindi-

cal, reunido em uma Assembleia Nacional organizada pela CUT e todas as outras centrais, no mesmo dia em que a PEC foi apresentada, decidiu construir a luta para derrotar a reforma.

Será uma batalha difícil. A Previdência unifica o setor financeiro e os grandes empresários, e seus representantes no Congresso e no governo. Para defender nossos direitos, será necessário um movimento forte, com a unidade de milhões de traba-

lhadores, como o que em 2017 ajudou a impedir a reforma com a construção da Greve Geral.

O Sindicato dos Jornalistas SP acredita que é possível construir essa mobilização, e chama todos os profissionais a participar desse debate.

22 de março:
Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência.
Acesse www.sj-sp.org.br para informações.



Déficit da Previdência: Fato ou Fake?

Em 2017, uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado, dirigida pelo Senador Paulo Paim (PT-RS), concluiu que não há necessidade de reforma da Previdência, ao levantar dados que comprovam que o sistema previdenciário público é sustentável.

No dia 27/2, uma palestra no Sindicato sobre o tema, com o economista Victor Pagani, coordenador técnico do DIEESE, mostrou que após décadas de superávit, o desequilíbrio das contas desde 2016 é devido à políticas econômicas recessivas.

DÍVIDAS E SONEGAÇÃO

Em 2017, um levantamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional mostrou que empresas devem R\$ 426 bilhões ao INSS. O valor equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016. São empresas como Bradesco, JBS e Vale. E há casos recorrentes de apropriação indébita: o relatório da CPI mostrou que, em quatro anos, **empresários descontaram R\$ 125 bilhões dos trabalhadores e não repassaram para a Previdência**, o que é crime. Não há medidas previstas sobre isso.

Mais de R\$ 400 bilhões é o valor devido por empresas ao INSS. 82% delas estão ativas.

Segundo a Procuradoria, 73 deputados federais e 13 senadores estão associados a empresas que devem R\$ 372 milhões ao INSS, um em cada sete congressistas. Esses parlamentares são sócios, presidentes, fundadores ou administradores dessas empresas, que incluem o ramo de comunicação, com destaque para rádios e TVs. São eles que vão votar a reforma!

O MAIOR DEVEDOR é o senador Fernando Collor (PTC-AL). São R\$ 112 milhões. Ele é sócio da TV Gazeta de Alagoas,

retransmissora da Globo, que **deve R\$ 46 milhões ao INSS**.

DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO (DRU)

O governo descumpre a Constituição desde os anos 90. Receitas são desviadas para o pagamento da dívida pública, com mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União, a DRU, que permite ao governo remanejar livremente até 30% das receitas, para dar maior flexibilidade ao orçamento.

Essa desvinculação inclui hoje contribuições como Cofins, CSLL, PIS e PASEP, arrecadações com loterias e outros, recursos que a Constituição instituiu para financiar a Seguridade Social. Querem que a população pague uma conta que não é dela.

O suposto "rombo" divulgado pelo governo se transforma em superávit quando somamos todas as fontes de financiamento: em 2014 um superávit de R\$ 55,7 bilhões e em 2015 de R\$ 11 bilhões, segundo a ANFIP.

No fim, o debate do déficit, mesmo em se considerando todas os recursos deixados de lado, só faz sentido se considerarmos que não é papel do Estado investir em políticas de proteção social aos cidadãos idosos, incapazes, acidentados. Mas os recursos usados na Previdência são investimentos sociais em um país com desigualdades nacionais gigantescas. Na crise, muitos aposentados viraram arrimo de família. A reforma vai aumentar a pobreza.

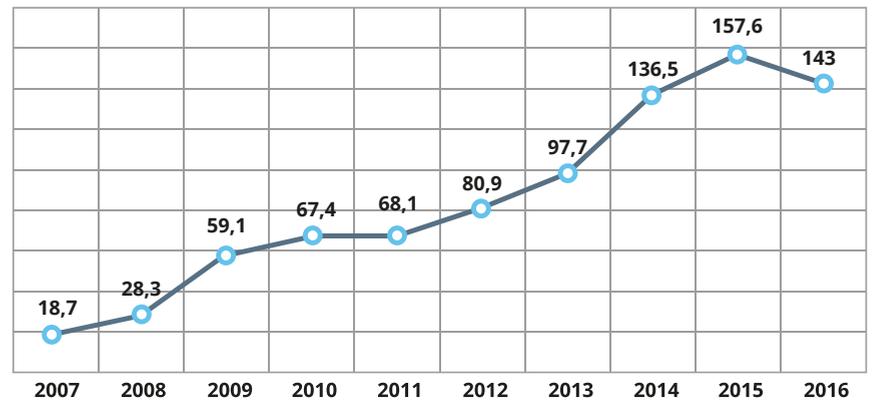
A DRU tirou da Previdência, entre 2000 e 2015, quase R\$ 1,5 trilhão

Em 2016, a DRU passou de 20% para 30% dos recursos da Seguridade.

(Fonte: CPI do Senado; valores atualizados pela Selic em 2017)

Desoneração crescente sangra a Seguridade Social

Desonerações sobre as receitas da Seguridade



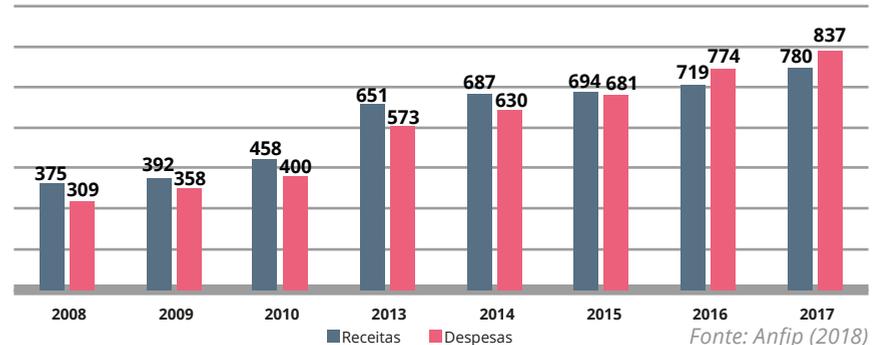
Fonte: Receita Federal e Ministério da Fazenda (Dieese)

Em 2007, não havia desoneração de contribuição com a Previdência. Havia do Cofins, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Programa de Integração Social (PIS/Pasep), e somavam R\$18,8 bi. Em 2016, a desoneração da folha com a

Previdência foi de R\$ 54,3 bi, e as demais subiram para R\$88,7 bi. Ou seja, R\$ 143 bilhões, o que supera em muito o déficit registrado, de R\$ 57 bilhões. Sem a desoneração, haveria superávit, apesar da terrível recessão que atingia o país.

Despesas só ultrapassaram receitas em 2016

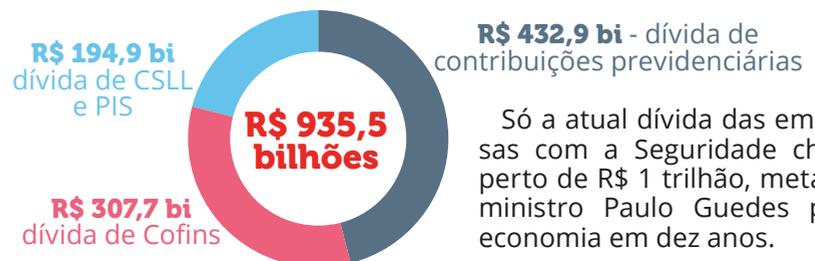
Resultado da Seguridade Social, em bilhões de reais



Fonte: Anfip (2018)

É preciso cobrar os devedores!

Dívida ativa com a Seguridade Social, há dois anos



Só a atual dívida das empresas com a Seguridade chega perto de R\$ 1 trilhão, meta do ministro Paulo Guedes para economia em dez anos.

Capitalização individual só beneficia o setor financeiro

A mudança mais profunda que Bolsonaro quer passar, a da capitalização individual, muda por completo a estrutura da Previdência. Por hora, o governo pretende introduzir o regime de Capitalização com um Modelo Misto: repartição simples (o fundo do INSS, para até 1 salário mínimo) + capitalização (poupança individual) em fundos públicos ou privados.

O governo fala na "possibilidade" de contribuição dos empregadores, e não na obrigatoriedade, e não fala sobre a continuidade de contribuição do Estado (o modelo tripartite, veja página 2). Mas não é possível dizer, por hora, como funcionaria na prática, pois a regulamentação vai depender de uma lei complementar.

O Ministro da Economia, Paulo Guedes, se baseia no chamado "modelo chileno", adotado durante a ditadura de Pinochet. Lá, cada trabalhador tem uma conta pessoal, com contribuição apenas dos trabalhadores e sem contrapartida patronal. 90,9% dos aposentados pela capitalização individual recebem menos

de R\$ 695 mensais. O cenário é tão catastrófico que o índice de suicídio de idosos tornou-se um dos maiores do mundo.

No México, uma reforma da previdência em 1997 também seguiu a lógica da capitalização, ainda que com diferenças no modelo. Hoje, 77% dos idosos que chegam aos 65 anos (idade mínima para se aposentar no país) ficam sem o benefício.

Além disso, é o trabalhador quem arca sozinho com os prejuízos caso ocorra qualquer problema com o fundo. Na crise do sistema bancário de 2008, por exemplo, os trabalhadores chilenos viram suas pensões serem reduzidas, em média, 40%. Por fim, os fundos privados em geral calculam o valor das pensões com base numa estimativa de sobrevida do trabalhador ao se aposentar. Se viver mais, fica sem cobertura.

TRABALHADOR PERDE, OS BANQUEIROS GANHAM

É um sistema pensado para injetar bilhões de reais dos trabalhadores no mercado de capitais. E esse é um dos motivos



Em 2016, 1,7 milhão disseram "No+AFPs" (Fundos de Pensão) no Chile

pelo qual o setor financeiro é o que mais tem a ganhar com uma reforma da Previdência.

69,6% do PIB do Chile é o capital acumulado em apenas 5 Administradoras de Fundos de Pensão*

Além de tudo, o governo Bolsonaro quer um cheque em branco para fazer tudo isso: a Proposta de Emenda Constitucional apresentada autoriza que uma lei complementar estabeleça a capitalização. É uma mudança estrutural de fundo, que altera um capítulo inteiro da Constituição Federal e vai impactar a

vida de milhões de pessoas, e o governo quer autorização para que seja feito por meio de uma lei com tramitação ordinária no Congresso e quórum mais baixo para aprovação.

Com a quebra da solidariedade entre gerações, ficaria ainda uma pergunta fundamental: se os novos trabalhadores vão contribuir para um sistema individual, quem vai pagar o custo de transição, ou seja, financiar a sua aposentadoria, já que hoje você contribui para pagar os atuais aposentados?

*dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2015

Mulheres são mais prejudicadas pela reforma

Mobilização pela Previdência começa pelos atos de 8 de março

As regras atuais da Previdência estabelecem exigências diferentes de idade e de tempo de contribuição para homens e mulheres como forma de reconhecer e compensar a sobrecarga de trabalho delas. É a famosa dupla jornada que as trabalhadoras enfrentam: na vida profissional e na vida doméstica.

A diferença de carga de trabalho total entre homens e mulheres aumentou nos últimos anos, chegando a 7,5 horas semanais a mais para elas, segundo o IBGE. Mesmo aposentadas, as mulheres continuam trabalhando no serviço doméstico.

Para a trabalhadora é ainda mais difícil se manter emprega-

da e contribuindo. São as mulheres, em sua maioria, que deixam os empregos para cuidar de parentes doentes ou são demitidas após ter um filho.

50% das mães são demitidas até 2 anos após licença-maternidade*

A crise econômica as atinge de forma mais dura: enquanto o desemprego atingia 11% entre os homens em 2018, chegava a 14,2% entre as mulheres. Elas são também maioria nos empregos precários, em que não há contribuição à Previdência. Com todos esses fatores, as mulheres atualmente já dependem mais

do que os homens da possibilidade de se aposentadoria por idade mínima (hoje, 60 anos de idade, desde que haja 15 anos de contribuição).

Por tudo isso, as novas regras propostas pelo governo Bolsonaro são particularmente injustas com as trabalhadoras. A começar pela exigência do tempo de contribuição que passará a 20 anos – só isso já impedirá muitas de se aposentar. As mudanças na idade mínima também são mais perversas para as mulheres (página 4). Para as professoras e trabalhadoras, a ideia é igualar a idade aos homens!

A capitalização também tende a ter um efeito mais perverso

nas mulheres, pois justamente pela dificuldade de se manter de forma contínua no emprego formal, a pensão deve ser menor. No Chile, o resultado é trágico para todos, mas ilustra essa diferença: os valores das aposentadorias, na média geral, correspondem a 33% do salário da ativa. No caso das mulheres, o percentual cai para 25%.

*dado da Fundação Getúlio Vargas



Vamos trabalhar mais tempo e receber menos

Principais ataques previstos e o prejuízo que trarão aos trabalhadores

Aposentadoria do setor privado - urbano COMO É
<p>HOMENS 65 anos, desde que haja 15 anos de contribuição; ou 35 anos de contribuição.</p> <p>MULHERES 60 anos desde que haja 15 anos de contribuição; ou 30 anos de contribuição.</p>
PROPOSTA DO GOVERNO
<p>- reduzir a diferença de idade entre homens e mulheres de 5 para 3 anos; - hoje, o trabalhador pode se aposentar por tempo de contribuição, mas o governo quer estabelecer idade mínima para concessão de todos os benefícios, independente do tempo de contribuição do trabalhador: 65 anos para homens e 62 para mulheres. - Mais tempo de contribuição: mínimo de 20 anos.</p>

Cálculo da aposentadoria COMO É
<p>Valor do benefício - média das 80% maiores contribuições ao longo da vida profissional. Por tempo de contribuição: recebe o valor do benefício. Por idade - com 15 anos de contribuição: recebe 70% do valor do benefício; Com mais de 15 anos de contribuição: 1% a cada 12 meses de contribuição.</p>
PROPOSTA DO GOVERNO
<p>Redução nas aposentadorias: Valor do benefício - Média de todas as contribuições ao longo da vida profissional (inclui os menores salários e o total fica menor). Com 20 anos de contribuição (tempo mínimo): recebe 60% do valor do benefício Mais de 20 anos: 2% a cada ano. 40 anos para chegar a 100% do valor do benefício</p>

Benefício de Prestação Continuada (BPC) COMO É
<p>1 salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos com renda familiar per capita inferior a 1/4 de salário mínimo.</p>
PROPOSTA DO GOVERNO
<p>- Restringir o acesso; - a partir de 60 anos, o idoso receberá R\$ 400,00. Chega a 1 salário mínimo aos 70 anos.</p>
Aposentadoria por incapacidade permanente COMO É
<p>Valor do benefício é a média dos 80% maiores salários.</p>
PROPOSTA DO GOVERNO
<p>60% da valor do benefício para quem tiver 20 anos de contribuição +2% a cada 1 ano extra de contribuição. Se for em decorrência de acidente ou doença de trabalho, média de todas as contribuições realizadas até o momento da concessão.</p>

REGRAS DE TRANSIÇÃO

- Incluem na Reforma todos os trabalhadores da ativa.
- Transição apenas para o tempo de acesso; a nova forma de cálculo passa a valer para todos imediatamente, reduzindo os benefícios.
- Redução ainda maior do valor para as trabalhadoras.

PRIVILÉGIOS NO INSS?

Segundo o anuário Estatístico da Previdência Social, elaborado pela CUT Nacional/Dieese:

- **52% das aposentadorias concedidas são por idade**, e o valor médio desse benefício é de R\$ 1.119,22. Para esse grupo a reforma dificulta o acesso, amplia o tempo mínimo de contribuição e a idade para as mulheres. Os mais pobres são duramente atingidos.

- **34% das aposentadorias são concedidas por tempo de contribuição**, com valor médio do benefício de R\$ 2.326,58. Esses são privilegiados para o governo, que pretende aproximar o valor do benefício pago ao da aposentadoria por idade. Boa parte dos jornalistas está neste contingente.

- **14% das aposentadorias são concedidas por invalidez**, com média de benefício de R\$ 1.418,07. Não há medidas para reduzir os riscos que levam à invalidez, mas a reforma dificulta o acesso e reduz o valor.

OS VERDADEIROS PRIVILEGIADOS

- **O segmento mais rico da população está fora da reforma** - não há nenhuma proposta de tributação das grandes empresas e seus proprietários para equilibrar a arrecadação pública.

- Os grandes empresários, que arcam com a contrapartida patronal agora, podem passar a pagar ZERO, dependendo do modelo de capitalização adotado

Como a reforma afeta os serviços públicos

Sindsep-SP

A PEC impõe medidas aos Estados e Municípios que penalizam, também aqui, os trabalhadores, ingerindo nos regimes próprios de previdência de cada poder. Um deles é obrigação de que os entes que registrem déficit elevem a alíquota de contribuição à previdência dos seus servidores de 11% para 14% dos vencimentos - ou mais! Esses 3% representam, na verdade, **um confisco de 11 dias de salário.**

O governo apresenta os trabalhadores dos serviços públicos como os privilegiados que a reforma vai combater. Mas isso está longe da realidade. Há uma minoria dos funcionários de alto escalão no serviço público federal, ou em casos específicos como nas magistraturas estadu-



Assembleia de greve dos servidores de São Paulo

ais, com altos salários e benefícios previdenciários. A maioria das categorias federais já sofreram uma reforma e estão submetidos ao mesmo teto do INSS que limita os trabalhadores em geral.

Na cidade de São Paulo, onde no dia 26 de dezembro a Câmara aprovou uma reforma que an-

tece vários dos pontos do projeto de Bolsonaro (como o confisco de 3% dos salários), o prefeito Bruno Covas (PSDB) também usou o discurso que os servidores são privilegiados.

Mas a medida atingiu funcionários das unidades de saúde, da secretaria de obras, professores das escolas municipais, agentes funerários, e até funções que recebem, no piso, pouco reais acima do salário mínimo. É por isso que essa parte da reforma atinge não só os servidores, mas também o povo que é atendido pelo serviço público.

No fechamento dessa edição, os funcionários da capital estavam em greve havia 24 dias, tendo realizado atos de até 80 mil pessoas.

Trabalhadores defendem empresas públicas de SP ameaçadas

Jornalistas da Imprensa Oficial e Sindicatos ajudam a organizar movimento unitário contra projeto de Doria

Carlos Mello/SJSP

Uma assembleia unificada de jornalistas, gráficos e administrativos que trabalham na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp), realizada na porta da empresa no dia 21 de fevereiro, afirmou a luta dos trabalhadores em defesa do serviço público, contra a extinção ou a privatização de empresas públicas estaduais, e pela manutenção dos empregos de todos.

Os funcionários debateram o Projeto de Lei (PL) nº 1/2019, enviado à Assembleia Legislativa por Doria, que autoriza o Poder Executivo a vender as ações ou deliberar a transformação, fusão, cisão, incorporação ou extinção de seis empresas públicas estaduais: Imesp, Prodesp, Dersa, CPOS, Emplasa e Codasp.

No caso da Imesp, a intenção é realizar a fusão com a Prodesp, responsável pela área de Tecnologia de Informação e processamento de dados do Estado. Isso foi dito por representantes do governo, porque o projeto é tão precário que não detalha nada.

Em reação, os sindicatos que



Trabalhadores da Imprensa Oficial reunidos em assembleia

representam os trabalhadores das seis estatais estão se articulando para realizar uma luta conjunta.

Segundo dados oficiais de 2017, nestas empresas trabalham 3.808 empregados públicos celetistas e de cargos de livre provimento.

Além dos empregos em risco, é a própria função pública de-

envolvida por essas estatais que está em jogo. A Imesp, por exemplo, tem grande importância como empresa pública de comunicação ao garantir acesso democrático às informações de interesse público, seja na edição dos atos oficiais publicados no Diário Oficial, seja na elaboração do conteúdo editorial do Diário. Seu parque gráfico atende diver-

sas demandas do Estado, como é o caso da impressão de materiais pedagógicos para Secretaria Estadual de Educação, e a edição de livros históricos, científicos e artísticos.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e as demais entidades divulgaram um manifesto ressaltando que o projeto vai prejudicar ainda mais a população "que já sofre com o sucateamento do serviço público promovido pelos governos estaduais que antecederam a atual administração".

Entre as ações planejadas pelos sindicatos e os funcionários, dois abaixo-assinados direcionados aos deputados estaduais, sendo um dos trabalhadores das estatais e outro da sociedade em geral. As visitas dos representantes dos trabalhadores à Assembleia Legislativa já começaram.

A assembleia de 21 de fevereiro elegeu, ainda, uma comissão de profissionais da Imesp para atuar conjuntamente com os sindicatos, composta por representantes das três categorias.

Abril: ações buscam garantir direitos

O Sindicato dos Jornalistas entrou em fevereiro com ação coletiva e petições para contestar os valores que a Deloitte, administradora da recuperação judicial da Abril, apresentou como dívida dos credores. Centenas dos profissionais demitidos em massa em agosto passado apontaram erros nos valores que têm a receber.

Foram cerca de 30 impugnações judiciais apresentadas pelo SJSP relativas a créditos devidos a freelancers dispensados. Os trabalhadores teriam até 13 de fevereiro para apresentar as impugnações, mas o SJSP solici-

tou ampliação do prazo devido à confusão geral nos valores e o pedido foi atendido por Paulo Furtado de Oliveira Filho, juiz responsável pela recuperação judicial da Abril, que ampliou a data até 6 de março.

Para evitar a judicialização de centenas de divergências, foi apresentada proposta de realização de sessões de mediação para conciliação prévia com a participação de representantes da Abril, dos demitidos e dos sindicatos. A Deloitte respondeu que prefere aguardar a publicação da nova lista de credores.

Por meio de ação coletiva junto

com os sindicatos dos Gráficos e Administrativos, o Sindicato dos Jornalistas também luta para que os demitidos em massa tenham direito de receber uma multa, equivalente a um salário, devido ao atraso no pagamento das verbas rescisórias que não foram quitadas em até 10 dias após a dispensa, como determina o artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho. A ação tramita paralelamente ao processo de recuperação judicial.

O plano da recuperação será definido em assembleia de credores convocada para 19 de março.

Recuperação Judicial da Folha Metropolitana

Em 21 de fevereiro, a assembleia de credores da empresa que atuava em Guarulhos aprovou adendo no plano de Recuperação Judicial.

Desde dezembro de 2011, a empresa deve para cerca de 150 trabalhadores, incluindo jornalistas.

O plano de recuperação, aprovado em 2012, submetia o pagamento de todas as dívidas, inclusive trabalhistas, à venda de bens que não se concretizou.

A empresa publica atualmente o Metrô News, na capital.

Juca Kfourri: "A tentativa de intimidar a imprensa é evidente"

Reprodução/Rede TVT



Juca em seu programa na TVT

Com aumento de casos de agressões a jornalistas, especificamente de cunho político, e a legitimidade a esse tipo de ação partindo de governantes federais e estaduais, ataques virtuais também ganham corpo, como evidência o relatório da FENAJ (pág. 11).

Em um dos casos mais recentes, o jornalista Juca Kfourri foi atacado por José Emílio Joly Júnior, corretor de imóveis em Curitiba, que é apoiador de Bolsonaro e afirma ser ex-militar.

Entre outros absurdos, Joly escreveu: "Lembre-se que a Ditadura está no poder e os porões serão reabertos para 'extinguir' lixos como você, Juca. Cuidado!" e "Acho que o seu nome já está na lista dos famosos helicópteros dos tempos áureos da Ditadura, onde sobrevoavam por mares distantes! Atenção senhores passageiros para voo panorâmico em alto mar, tomem seus assentos, boa viagem e até nunca mais!!!!"

Juca entrou com representação no Núcleo de Combate a Crimes Cibernéticos do Ministério Público de São Paulo, e recebeu apoio do Sindicato dos Jornalistas de SP, da FENAJ e do Instituto Vladimir Herzog. O SJSP acompanha a apuração do MP.

Em entrevista ao **Unidade**, o colunista da Folha de S. Paulo, comentarista da CBN e entrevistador da TVT aconselha aos colegas que enfrentem o medo e não deixem de denunciar.

Já sofreu outras ameaças?

Já, em 1982, quando a (revista) Placar, que eu dirigia, denunciou a existência da chamada máfia da Loteria Esportiva.

Essa é diferente?

O que muda de uns tempos pra cá é a ameaça por razões políticas. Tive nas vésperas do impeachment [da ex-presidente Dilma Rousseff] quatro caras aqui na

porta de casa fazendo algazarra de madrugada, me xingando de petralha, filha da puta... Eu desci. Quando berrei, eles pararam o carro. Tivemos uma discussão. Tomei nota das placas. Duas horas depois, tinha identificado o carro e dois deles. Disse que ia acioná-los na Justiça. Fui chamado pelo advogado dos quatro. Fizemos uma reunião, e assinaram um documento, que eu publiquei, pedindo desculpas. Disse a eles que Auschwitz começou assim. Dois deles eram judeus. Mas aí, estamos no Brasil: essa reunião terminou na calçada com dois dos quatro me pedindo para fazer self porque eram corintianos e meus fãs.

Já na campanha, eu me manifestava contra o Bolsonaro, surgiram outras ameaças. Um dia na rua, um carro parou, e me xingou de comunista... Até que chegou esta ameaça...

O que menos me incomodou foi a ameaça em si, mas a referência a helicópteros que, segundo o cara que disse ter sido membro do Pelotão de Operações Especiais do Exército, no Paraná, e que sabia do que tinha acontecido na Ditadura, eu provavelmente estaria numa próxima lista, a ser jogado no mar.

Aí, eu falei: 'esse engraçadinho vai ter que pagar por isso. Eu vou denunciá-lo na Delegacia de Crimes Cibernéticos e no Ministério Público.' E o fiz.

Juca, se sentiu voltando ao passado?

Essa volta ao passado, a gente já começou a ver nas manifestações pelo impeachment. E, por mais incrédulo que eu fosse de que esses trogloditas pudessem ganhar a eleição, o fato objetivo é que eles ganharam a eleição. (...) Jamais imaginei, quando tinha 18, 19 anos e militava contra a ditadura, que viveria uma situação semelhante. Uma situação de absoluto obscurantismo. Ministros e os filhos do presidente... Milicianos tão próximos ao poder...

O que me resta é denunciar isso e resistir a isso. O DOI-Codi, que infelizmente eu conheci, não me impediu de lutar pelas coisas que eu achava que devia lutar, não vai ser agora, avô, aos quase 70, que eu vou deixar de lutar.

Qual a importância de se denunciar essa violência?

É essencial que essa gente seja denunciada. Que não achem que

essa terra de ninguém das redes sociais possa permitir que ameacem quem quer que seja, aterrorizem quem quer que seja impunemente. Seja o tipo de ameaça que for. Ameaça política ainda mais.

A partir do momento em que fiz essa denúncia, os caras que entram pra me xingar, me chamar de petralha, o diabo a quatro, até continuam, mas ameaças nunca mais. Porque eu recebia ameaças assim: 'eu sei que horas você caminha...; todo dia você caminha pela avenida..., às 10 horas da manhã; vou te encontrar e te encher de porrada...' Isso parou.

Além desse tipo de agressividade, vê algum outro tipo de violência e censura contra a imprensa desde que Bolsonaro se elegeu?

Claramente. A tentativa de intimidar a imprensa é evidente. Esses caras são tão malucos que chamam a Folha de São Paulo de Foice de São Paulo. Acham que a Globo está repleta de comunistas. O Bolsonaro exterioriza isso ao dizer para o ex-ministro Gustavo Bebianno que a Globo é inimiga. Isso estimula um bando de malucos a achar que tem condição de intimidar a imprensa.

Eu me surpreendo ao ver veículos que não disfarçam o apoio ao governo Bolsonaro em questões como a reforma da Previdência, o pacote tresloucado do [ministro da Justiça, Sérgio] Moro, como se tivessem a ilusão de que vão controlar esse maluco. Não vão. Mas está demorando para cair a ficha deles. O comportamento da imprensa tem sido ainda muito mais cordato do que deveria ser. Mas isso vem desde a campanha. Desde que ficou claro que o [ex-governador Geraldo] Alckmin não tinha chance, apostou-se nele. E agora, está se vivendo os tempos de cólera do seu Jair Bolsonaro.

Contra a informação, usam violência!

Intimidações e agressões tentam impedir o exercício do jornalismo

São Paulo é o estado mais violento do país contra jornalistas. Foi o que mostrou o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, divulgado no início do ano pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

O mesmo relatório mostra que em 2018 houve uma escalada dos casos de agressão: cresceram 36,36% em relação ao ano anterior. Foram 135 ocorrências. A principal motivação passou a ser política. Veja o relatório completo: bit.ly/ViolenciaFENAJ

O Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), coloca o Brasil em 10º lugar entre 14 países em que graça a impunidade sobre crimes cometidos contra profissionais.

Já Repórteres Sem Fronteiras (RSF), que engloba 180 países, classifica o Brasil na péssima 102ª posição pelo baixo grau de liberdade de imprensa, pela concentração de mídia nas mãos de poucos, da falta de pluralidade de opinião e da violência a jornalistas. Diz a RSF: "A paisagem

midiática ainda é bastante concentrada no país, sobretudo ao redor de grandes famílias industriais, com frequência, próximas da classe política."

Parker Asmann, jornalista americano da entidade InSight Crime, especializada em crime organizado, faz coro, e avaliou que a eleição do "candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro representa uma série de ameaças para os jornalistas do Brasil".

2019 começou com agressões da PM a jornalistas

Seguindo o roteiro de anos anteriores, o mês de janeiro teve tiro de bala de borracha, bomba e "esculacho" contra jornalistas que cobriam manifestação contra o aumento da passagem de ônibus na Capital. O repórter fotográfico Daniel Arroyo, por exemplo, foi ferido por um tiro de bala de borracha.

O relato de colegas presentes é de que a PM agiu com particular truculência dirigida aos profissionais da imprensa, tendo inclusive

lançado uma bomba de gás contra um grupo de repórteres que acompanhava uma abordagem. O que confirma o entendimento do Sindicato dos Jornalistas de SP de que os policiais tentam impedir a mídia de registrar sua ação violenta contra manifestantes.

Desde 2013, os protestos concentram a maior parte de agressões contra os jornalistas – em geral, pelas mãos da Polícia Militar. Por isso, o Sindicato passou a realizar plantões de apoio e orientação durante este tipo de coberturas. Em algumas manifestações, a Diretoria também está presente fisicamente, para orientar os jornalistas no local ou dialogar com os manifestantes para que respeitem os profissionais.

A Comissão de Combate à Violência Contra Jornalistas organiza outras iniciativas, como uma cartilha específica. A comissão é aberta a participação da categoria, e você pode entrar em contato pelo email: jornalista@sjs.org.br

Cartilha virtual traz orientações para cobertura em manifestações

O Sindicato e a Comissão que trata do tema levantaram informações para ajudar os jornalistas tanto a evitar situações prejudiciais, quanto a tomar as medidas necessárias em casos de violência. No site, você acessa uma versão virtual. Em breve, uma versão reduzida e impressa será entregue.

bit.ly/CartilhaViolencia



DONATA É A "MAÇÃ PODRE" DA VEZ E MAJU NOS REPRESENTA NO JN

*Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – Cojira**

Toda vez que vem à tona um caso como o de Donata Meirelles, a editora da Vogue que fez uma festa em Salvador (BA) em que mulheres negras vestidas de baianas aparecem ao lado de uma mulher branca sentada numa cadeira – numa imagem que remete ao Brasil Colônia – tentam encontrar os culpados e puni-los, como se descartássemos uma maçã podre do cesto. O caso, no entanto, vai além da festa e das representações dela. Ele flagra o racismo estrutural em que brancos se apropriam

culturalmente do legado negro ao mesmo tempo que o exploram junto com a força de trabalho negro.

É interessante que a festa rendeu um pedido de demissão da editora da Vogue. Resta esperar agora que a revista adote outras práticas em suas festas (convidando mais pessoas negras para elas), mas também colocando mais negras e negros para estamparem suas revistas de moda. Ou melhor, que abandone o racismo estrutural nela presente. É esperar muito?

No mesmo fevereiro em que os militantes do movimento negro evidenciavam o racismo estrutural da festa de Donata, comemoravam outro fato positivo, mas não menos sacal. Pela primeira vez uma mulher negra apresentou o Jornal Nacional, da TV Globo, aquele de maior audiência e repercussão. O papel coube à apresentadora do tempo Maria Júlia Coutinho, que substituiu os titulares no sábado, 16 de fevereiro.

Chamamos o fato de sacal por achar absurdo que ainda

em 2019 tenhamos o primeiro ou primeira negra a... E também pelo fato de ter sido apenas uma substituição e ainda por ver os brancos tentando desqualificar a conquista. Afinal, a demissão de William Waack por um comentário racista, tampouco, tornou a Globo mais inclusiva. Ter Maju na bancada do JN é uma conquista de todos os negros e também uma inspiração para que tenhamos mais representatividade na TV e nas redações desse país.

* Com colaboração de Guilherme Soares Dias

Reforma da Previdência em charges

▼ Gilmar



Trabalhar por mais tempo e receber benefício com valor menor ao envelhecer é o que apresenta, na prática, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019 defendida pelo governo Bolsonaro.

Os chargistas Marcio Baraldi, Gilmar, Benett e Bira Dantas dão sua contribuição crítica ao debate coletivo da categoria, com imagens cedidas ao Jornal Unidade.

▼ Benett (originalmente publicada na Folha de S.Paulo)



▼ Marcio Baraldi



▼ Benett (originalmente publicada na Folha de S.Paulo)



▼ Bira Dantas

